

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

PREÂMBULO

O OstrasPrev – Rio das Ostras Previdência, com sede na Rua Rio Grande do Sul, nº 129, Extensão do Bosque, Rio das Ostras/RJ por meio do(a) Pregoeiro(a), designado(a) pela Portaria nº 001/2018 do OstrasPrev, torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local abaixo indicados, dará início a abertura da sessão pública para recebimento e abertura de envelopes, referente à licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma presencial, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS**, para atender às necessidades do OstrasPrev.

Dia: 23/03/2018

Horário: 14 horas

Local: Rua Rio Grande do Sul, 129, Extensão do Bosque – Rio das Ostras/RJ.

1.1 A presente licitação, autorizada no Processo Administrativo nº **2017.5.900500PA** rege-se pelas normas da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar n.º 123/2006, art. 34 da Lei nº 11.488/2007, Decreto Municipal nº 060/2006, Decreto Municipal nº 1.743/2017 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 com as devidas alterações e demais normas pertinentes.

1.2 O “Edital de Licitação” e seus anexos poderão ser obtidos no Departamento de Licitações e Contratos do OstrasPrev e sua retirada estará condicionada à entrega de 01 (uma) resma de papel A4, conforme permissivo no § 5º do artigo 32 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou ser requerida gratuitamente pelo e-mail delco@ostrasprev.rj.gov.br, considerando o horário de expediente de 08 às 17 horas, de segunda a sexta-feira (exceto feriados e pontos facultativos).

1.3 São os seguintes anexos, que fazem parte integrante e complementar deste Edital, os quais poderão, a critério do licitante, ser substituídos por cópias extraídas dos originais ou apresentados em papel da empresa, neste caso com exata transcrição dos seus conteúdos.

- Anexo 01 – Carta de Credenciamento (modelo);
- Anexo 02 – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação (modelo);
- Anexo 03 – Declaração Conjunta (modelo);
- Anexo 04 – Declaração de ME e EPP (modelo);
- Anexo 05 – Termo de Referência;
- Anexo 06 – Proposta de Preços;
- Anexo 07 – Minuta de Contrato.

1.4 Compete a cada licitante fazer um minucioso exame do Edital, e das condições nele estabelecidas.

1.5 Qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos deste certame através de e-mail para delco@ostrasprev.rj.gov.br ou ser apresentado por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores ao da abertura oficial do certame, considerando o horário de expediente de 08 às 17 horas, de segunda a sexta-feira (exceto feriados e pontos facultativos).

1.5.1 Todas as divergências, dúvidas ou erros porventura encontrados, para a devida correção ou esclarecimentos, deverão ser por escrito, na forma prevista no subitem 1.5, não se obrigando o OstrasPrev a esclarecer dúvidas por telefone.

1.6 As impugnações, observado o dispositivo do artigo 41, parágrafo 2º da Lei nº 8.666/1993, deverão obrigatoriamente ser formalizadas por escrito, devidamente assinadas (conter CNPJ, razão social e nome do representante que assinou) e protocolados na sede do OstrasPrev, no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura oficial das propostas, considerando o horário de expediente de 08 às 17 horas, de segunda a sexta-feira (exceto feriados e pontos facultativos).

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

1.7 Os esclarecimentos e impugnações serão respondidos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do seu recebimento.

1.8 Não sendo solicitados esclarecimentos e/ou informações no prazo estabelecido acima, presumir-se-á que os elementos constantes do presente Edital e suas partes integrantes, são suficientemente claros e precisos para a participação dos interessados neste Pregão.

1.9 Ocorrendo a impugnação, tempestivamente, a autoridade superior deverá decidir, no prazo legal, antes da abertura do certame, seu acolhimento ou não. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do presente Pregão.

1.10 As modificações no Edital e seus anexos, por iniciativa oficial do OstrasPrev ou provocadas por eventuais impugnações, serão aplicadas obrigatoriamente a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Órgão Oficial do Município de Rio das Ostras e comunicadas aos adquirentes do Edital, via e-mail ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

2. DO OBJETO

2.1 O objeto do presente Pregão é a seleção da proposta mais vantajosa, para a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS** conforme Proposta de Preços (**anexo 06**) e Termo de Referência (**anexo 05**) que integram o presente Edital.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 Os recursos necessários à realização da contratação, do objeto ora licitado correrão à conta da dotação orçamentária abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO: **09.122.0125.2.151**
ELEMENTO DE DESPESA: **44.90.52.48**
VALOR ESTIMADO: **R\$ 183.428,50**

4. DO TIPO DE LICITAÇÃO

4.1 O presente Pregão rege-se pelo tipo MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com a Proposta de Preços (**anexo 06**) e Termo de Referência (**anexo 05**) que integram o presente Edital.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 As empresas interessadas em participar deste Pregão deverão:

- I – atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos;
- II – estarem presentes em todos os atos realizados na(s) sessão(es) relativa(s) ao presente Pregão;
- III – arcar com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das respectivas propostas;
- IV – atuarem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

5.2 Não será permitida a participação de:

- I – empresa cuja falência haja sido decretada ou que esteja em processo de recuperação judicial;
- II – empresa em consórcios ou que seja controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;
- III – empresa que tenha sido declarada inidônea pela Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação, em data anterior à abertura da licitação;

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

IV – empresa que tenha sido suspensa temporariamente de participar em licitações e impedida de contratar com a Administração;

V – mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, bem como, de mesmo grupo familiar ligados por parentesco de consanguinidade, afinidade ou qualquer outra hipótese prevista em Lei.

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DA DOCUMENTAÇÃO AVULSA

6.1 No local, data e hora fixada no preâmbulo, apresentarão os licitantes suas propostas em 02 (dois) envelopes, opacos, indevassáveis e lacrados, designados, respectivamente “A” e “B”, constando na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

ENVELOPE “A”	ENVELOPE “B”
PREGÃO Nº 03/2018	PREGÃO Nº 03/2018
(PROPOSTA DE PREÇOS)	(HABILITAÇÃO)
DATA DA REALIZAÇÃO: 23/03/2018	DATA DA REALIZAÇÃO: 23/03/2018
HORÁRIO DA REALIZAÇÃO: 14 horas	HORÁRIO DA REALIZAÇÃO: 14 horas
RAZÃO SOCIAL, CNPJ e END. DO LICITANTE	RAZÃO SOCIAL, CNPJ e END. DO LICITANTE

6.2 No **ENVELOPE “A”**- deverá conter a PROPOSTA DE PREÇOS – **anexo 06**, na forma estabelecida no item 9 deste Edital.

6.3 No **ENVELOPE “B”**- deverá conter a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, relacionada nos itens 11 deste Edital.

6.4 O licitante deverá entregar, juntamente com os envelopes de proposta de preços e habilitação, de forma avulsa, sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes mencionados:

- A **CARTA DE CREDENCIAMENTO** ou a **PROCURAÇÃO**, na forma estabelecida no item 7.
- A **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (anexo 02)** que cumpre plenamente os requisitos editalícios relativamente atinentes a preços oferecidos e de habilitação, nos termos do inciso VII do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002.

6.4.1 Caso, por equívoco, algum desses documentos esteja dentro de um dos envelopes do(s) licitante(s), o(a) Pregoeiro(a) poderá permitir sua extração, mediante prévia autorização deste, desde que feito a retirada diante de todos os demais licitantes, ocasião em que o envelope será novamente lacrado e rubricado pelos presentes e a conduta registrada em ata.

6.4.2 A não apresentação da Declaração de Cumprimentos Pleno dos Requisitos de Habilitação **INABILITARÁ** o licitante.

6.4.3 A não apresentação da CARTA DE CREDENCIAMENTO ou da PROCURAÇÃO por parte do licitante, não o inabilitará, não podendo ser excluído do direito de participar do presente certame, cabendo ao(a) Pregoeiro(a) permitir a sua participação, ressaltando que a ausência de representante credenciado equivale a renúncia por parte do licitante ao direito de responder durante a sessão, de praticar quaisquer atos e apresentar lances. Assim sendo, ao não se credenciar, afirma que a proposta definitiva será a apresentada por escrito, sem possibilidade de qualquer redução, e que não pretende interpor recurso, concordando com todas as decisões do(a) Pregoeiro(a).

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1 No dia, horário e local estabelecido no preâmbulo deste Edital, serão realizados, em sessão pública, o credenciamento dos representantes das licitantes e o recebimento dos envelopes.

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

7.2 Não será admitida a participação de licitante retardatária.

7.2.1 Será considerada retardatária a empresa, cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após declarada encerrada a fase de credenciamento.

7.3 As empresas participantes poderão ser representadas na sessão do Pregão conforme abaixo:

a) **Por seu representante legal**, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo, acompanhado da carteira de identidade.

b) **Por procurador munido do instrumento procuratório**, outorgado pelo representante legal da empresa, com poderes para constituir mandatário, devendo reconhecer firma, dando poderes expressos para formular ofertas e lances de preços na sessão, para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, manifestar a intenção de recorrer e de desistir dos recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa. A competência para constituir mandatário será demonstrada através do Ato constitutivo. Tanto a procuração como o Ato Constitutivo deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório, acompanhado da carteira de identidade do procurador

c) **Pela Carta de Credenciamento (anexo 01)**, a qual poderá substituir a procuração. A Carta de Credenciamento deverá ser assinada pelo representante legal da empresa, com poderes para credenciar mandatário, devendo reconhecer firma, e que a conferência desses poderes se disponha outorgada pelo representante legal da empresa com poderes para tal fim, o que será demonstrado através do Ato constitutivo. A Carta de Credenciamento poderá ser apresentada no impresso padronizado (**anexo 01**) ou por cópia extraída do mesmo ou em papel da empresa, a qual deverá ser preenchida por processo mecânico pelo licitante, e o Ato Constitutivo apresentado em original, cópia autenticada por cartório ou por servidor da administração, devendo ser acompanhado da carteira de identidade do credenciado.

7.3.1 Os licitantes ficam eximidos da apresentação do documento constitutivo (contrato social, estatuto, etc. - subitem 11.1.1 - da habilitação jurídica) durante a fase de habilitação, se forem apresentados no ato de credenciamento, salientado que para tanto deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, de acordo com o preceito do caput do artigo 32 da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

7.4 Ocorrendo pluralidade de representantes do licitante é facultado ao(a) Pregoeiro(a), no exercício de poder de polícia limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas, fazendo com que os mesmos indiquem um deles como representante oficial do licitante.

7.5 Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores que não estejam munidos dos documentos mencionado no subitem 7.3. A ausência desta documentação implicará de imediato, na impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como na perda do direito de interpor eventual recurso das decisões do(a) Pregoeiro(a), ficando o licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

7.6 A não demonstração de regular credenciamento importará em impedimento para participar da fase de lances bem como para exercer o direito de recurso contra as decisões do(a) Pregoeiro(a) prolatadas.

7.7 Nenhuma pessoa, ainda que devidamente credenciada, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.

7.8 Benefícios da Lei Complementar nº 123/2006:

7.8.1 Os licitantes que invocarem a condição de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou Cooperativa (esta desde que preencha o requisito constante do art. 34, da Lei nº 11.488/2007),

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverão apresentar no momento do CREDENCIAMENTO, os seguintes documentos:

a) Certidão expedida no presente exercício pelo Órgão competente, a saber: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, do local onde a pessoa jurídica tenha sido registrada, atestando que a empresa se enquadra na condição de ME ou EPP, na forma do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

b) Declaração com firma reconhecida (conforme modelo no **anexo 04** deste Edital) de que não está incurso em nenhuma das vedações do art. 3º, § 4º da Lei Complementar nº 123/2006;

c) Na impossibilidade de obtenção do documento referido da alínea “a” do subitem 7.8.1, poderá a Licitante apresentar apenas a Declaração (**anexo 04**), sob as penas da lei, de que preenche os requisitos para enquadramento como ME ou EPP, para auferir os benefícios decorrentes da Lei Complementar nº 123/2006;

7.8.2 Em caso de restrição quanto à documentação de regularidade fiscal, para que a ME ou EPP regularize sua documentação fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial será declarado a partir do momento em que a licitante for declarada arrematante, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, na forma do art. 43 § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.8.3 Caso a ME ou EPP não regularize sua documentação fiscal no prazo estabelecido no subitem 7.8.2 decairá seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, na forma do art. 43 § 2º da Lei Complementar nº 123/2006 c/c o art. 64 § 2º da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

8. DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1 Declarado o ENCERRAMENTO DO CREDENCIAMENTO e após a identificação dos representantes das empresas proponentes, o(a) Pregoeiro(a) declarará ABERTA A SESSÃO DO PREGÃO, oportunidade em que não serão mais aceitos novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes “A” e “B” contendo respectivamente a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação, sendo aberto(s) então o(s) Envelope(s) “A”.

9. DO ENVELOPE “A” – PROPOSTA DE PREÇOS

Para classificação da proposta na presente licitação, o licitante deverá apresentar, no envelope supracitado, a seguinte documentação e na forma estabelecida:

9.1 A **PROPOSTA DE PREÇOS (anexo 06)**, que informará a(s) quantidade(s), a(s) especificação(ções) e a(s) unidade(s), já pré-definidas, a marca de cada item ofertado, o(s) preço(s) unitário(s), o(s) preço(s) total(is) e o preço total geral proposto pelo licitante.

9.1.1 A PROPOSTA DE PREÇOS será apresentada em 1 (uma) via, no impresso padronizado do **anexo 06** OU em papel da empresa, a qual deverá ser preenchida por processo mecânico pelo licitante, com suas páginas rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

9.1.2 Os PREÇOS UNITÁRIOS e GLOBAL deverão ser apresentados cotados em moeda corrente nacional com até 2 (duas) casas após a vírgula, em algarismos, apurado à data prevista para a apresentação da mesma, conforme definido neste Edital, de acordo com a Proposta de Preço (**Anexo 06**).

9.1.3 No preço ofertado pela licitante, deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto deste Pregão, inclusive despesas com materiais, transporte, fretes, seguros, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários ou outros decorrentes ou que venham a ser devidos em razão do mesmo, não cabendo ao OstrasPrev, quaisquer custos adicionais.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ETAPA DE LANCES

10.1 Os procedimentos deste Pregão serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a), seguindo a legislação vigente.

10.2 Verificada a regularidade formal dos envelopes, o(a) Pregoeiro(a) procederá à abertura dos envelopes das propostas de preços, que serão rubricadas e analisadas pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio. Em seguida, será dada vista das propostas aos representantes das licitantes, que deverão rubricá-las, devolvendo-se ao(a) Pregoeiro(a).

10.2.1 Uma vez abertas as propostas de preços, não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, salvo na hipótese do § 3º do artigo 48 da Lei de Licitações.

10.3 A proposta de preços será verificada, quanto ao atendimento das condições aqui expressas, sendo desclassificada aquela que estiver em desacordo com qualquer exigência disposta neste Edital e seus anexos, contiver vícios, quer por omissão e/ou irregularidades ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, e que não forem passíveis de saneamento na própria sessão, apresentar preço excessivo em relação ao praticado no mercado ou for manifestamente inexequível, assim considerada aquela que não venha a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentos da licitante, que comprovem que os custos de insumos são coerentes com os do mercado.

10.4 Serão classificados pelo(a) Pregoeiro(a) o autor da proposta de MENOR PREÇO GLOBAL e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço.

10.4.1 Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, o(a) Pregoeiro(a) proclamará a classificação preliminar dos licitantes com as 03 (três) melhores propostas, que poderão participar dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.4.2 No caso de empate nos preços dentre as 03 (três) melhores propostas na forma do subitem anterior, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

10.5 Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo autor da proposta classificada de maior preço.

10.5.1 Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços em absoluta igualdade de condições, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances ou será determinado automaticamente pelo software de gerenciamento de Pregão Presencial, caso este esteja em uso durante a sessão.

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

10.6 O(a) Pregoeiro(a) convidará individualmente os licitantes classificados, na forma dos itens 10.4 e seguintes, a apresentar os lances verbais, a começar pelo autor da proposta classificada de maior preço, seguido dos demais, em ordem decrescente de valor.

10.7 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima a ser definida pelo(a) Pregoeiro(a) durante a fase de lances, aplicável inclusive em relação ao primeiro. O valor da redução mínima incidirá sobre o preço global.

10.7.1 O(a) Pregoeiro(a) poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para a fase de formulação de lances verbais, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.

10.8 Não estarão adstritos os valores dos lances seguintes ao preço mais barato. O licitante, no entanto, somente poderá oferecer lance inferior ao valor por ele mesmo ofertado.

10.9 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido primeiro.

10.10 A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de reordenação da classificação.

10.10.1 A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas neste Edital.

10.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo(a) Pregoeiro(a), os licitantes classificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

10.12 Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo o(a) Pregoeiro(a) a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor máximo aceitável para a contratação determinado formalmente pelo OstrasPrev neste ato convocatório, constante no **anexo 05** do presente Edital – Critério de Aceitabilidade, em conformidade com o inciso X do artigo 40 c/c o inciso II do artigo 48 da Lei nº 8.666/1993.

10.13 Havendo empate no momento do julgamento das propostas será assegurada às ME e EPP preferência na contratação, caso a licitação tenha sido vencida por empresa que não detenha tal condição.

a) Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das ME e EPP, serão consideradas as Propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

b) Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - A ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova Proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

II - Caso a ME ou EPP que se apresente, não queira competir, ou seja, derrotada na competição, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadram na hipótese da letra "a" do item 10.17.

III - Na situação de empate na forma antes prevista, existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma ME ou EPP, proceder-se-á ao sorteio entre estas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

c) Caso nenhuma ME ou EPP venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da Proposta originalmente vencedora do Certame.

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

10.14 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, caberá ao(a) Pregoeiro(a) examinar a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente.

10.15 Caso a oferta não seja aceitável, o(a) Pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta, até que um licitante cumpra as condições fixadas neste Edital.

10.16 O(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o licitante vencedor para que seja obtido melhor preço aceitável, devendo esta negociação se dar em público e formalizada em ata.

10.17 Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

10.18 O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o(a) Pregoeiro(a) vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste Edital ou que desabonem a idoneidade do proponente.

10.19 O(a) Pregoeiro(a) ou a autoridade superior poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que julgar necessário, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em qualquer dos envelopes.

10.20 Os itens que não tiverem cotação serão considerados desertos, para fins de aplicação do Artigo 24, inciso V da Lei nº 8.666/1993.

11. DO ENVELOPE “B” - DA HABILITAÇÃO

Para habilitar-se na presente licitação, o licitante deverá apresentar, no envelope supracitado, a seguinte documentação e na forma estabelecida abaixo.

11.1 Os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação:

11.1.1 Habilitação Jurídica:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, em forma consolidada, ou acompanhado de suas alterações, tudo devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações ou cooperativas, acompanhados, ainda, de documento de eleições de seus administradores;

c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado da prova da composição da diretoria em exercício; em se tratando de Fundação, deverá juntamente ser apresentada a Certidão de Regular Funcionamento, expedida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Promotoria de Justiça de Fundações, nos termos da Resolução Complementar nº 15/2005;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

11.1.2 Qualificação Técnica:

11.1.2.1 Atestado(s) ou certidão(ões), em nome da empresa licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove fornecimento de veículo(s) automotivo(s) equivalente(s) ou superior às especificações do termo de referência da presente licitação, ressaltando que os atestados devem ser apresentados com firma reconhecida em cartório ou na forma do art. 32 da Lei nº 8.666/1993.

11.1.2.2 O Atestado ou a Certidão, solicitado no subitem 11.1.2.1 deste Edital, deverá ser apresentado conforme abaixo:

- a) Caso seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá ser apresentada devidamente assinada e com firma reconhecida em cartório;
- b) Caso seja emitido por pessoa jurídica de direito público, deverá ser apresentada em papel timbrado do órgão e subscrito pelo responsável por sua emissão, com identificação clara de seu subscritor, isto é, contendo o nome.

11.1.2.3 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua qualificação técnica ou apresentar documentos em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.1.2.4 Havendo dúvidas fundadas do(a) Pregoeiro(a) em relação aos atestados de capacidade técnica apresentados, poderá exigir documentos que comprovem a contratação indicada, sob pena de inabilitação do licitante.

11.1.3 Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência ou concordata e recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede da pessoa jurídica. As certidões deverão vir, acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões acima.

a.1) Sendo positiva a certidão, será admitida a participação desde que:

I - O licitante apresente documentos que revelem o cumprimento do plano delineado pelo Judiciário e sugiram a viabilidade econômico-financeira da empresa;

II - O(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio poderão promover diligências junto ao Poder Judiciário, para a obtenção de informações atualizadas quanto ao bom andamento do plano de recuperação.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

b.1) O Balanço deverá estar transcrito no Livro Diário e esse registrado no órgão público competente e, para comprovação, deverá ser anexado o termo de abertura e encerramento do Livro Diário.

11.1.4 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

c) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante com a apresentação das seguintes certidões:

I - Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito de negativa, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212/1991 (**Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social – CND ou CPD-EN**);

II - Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

II.1 - Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

III - Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas.

11.1.5 Da Regularidade Fiscal de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e de Cooperativas (Art. 34 da Lei nº 11.488/2007), nos termos da LC nº 123/2006:

a) O Não preenchimento da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado ao OstrasPrev convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para assinatura do Contrato, ou Revogar a Licitação.

b) A comprovação da regularidade fiscal das ME, EPP e Cooperativas (estas na forma do subitem 7.8.1) somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, caso se sagre vencedora na Licitação.

c) As ME, EPP e Cooperativas (estas na forma do subitem 7.8.1) por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.

d) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do OstrasPrev, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

e) Se a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME, EPP ou Cooperativa, ocorrendo empate, caso venha a Microempresa a vencer o certame e deixar de ser contratada por irregularidade fiscal, serão convocadas as remanescentes que, porventura, sejam consideradas empatadas (§ 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006), na ordem classificatória, para o exercício do direito de apresentar nova Proposta, de preço inferior àquela considerada originalmente vencedora do certame.

11.1.6 Declaração Conjunta:

a) Declaração do licitante, nos moldes do **Anexo 03**, informando que:

I - Detém conhecimento das informações contidas neste edital;

II - Não possui em seu quadro de pessoal empregados na forma do art. 7 inciso XXXIII da Constituição Federal;

III - Inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação na forma do art. 32 § 2º da Lei Federal 8.666/1993.

11.2 Das disposições da documentação:

11.2.1 Os documentos exigidos no ENVELOPE “B” – DA HABILITAÇÃO, deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada por cartório competente, por publicação em órgão da imprensa oficial ou por servidor da administração na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/1993, e todas as folhas deverão estar rubricadas pelo representante legal do licitante.

11.2.2 A regularidade fiscal junto as Fazendas Públicas poderá ser demonstrada por meio de Certidão Negativa de Débitos ou por meio de Certidão Positiva com efeito de Negativa, quando o crédito tributário encontrar-se suspenso, segundo disposto no art. 206 do Código Tributário Nacional.

11.2.3 Os licitantes ficam eximidos da apresentação do documento constitutivo (contrato social, estatuto, etc.) exigidos no subitem 11.1.1, se os mesmos foram apresentados no ato de credenciamento, exigidos no subitem 7.3.1, salientado que para tanto deverão ter sido apresentados em original ou cópia autenticada por cartório ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, de acordo com o preceito do caput do Artigo 32 da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

11.2.4 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão ser específicos da matriz ou filial da empresa licitante. Não serão aceitos documentos emitidos parte pela matriz e parte pela filial, salvo as exceções com previsão legal.

11.2.5 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

11.2.6 Os documentos emitidos via internet, terão sua autenticidade verificada nos sites das fontes emissoras.

11.2.7 Se por razões alheias à vontade do(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, houver impossibilidade em realizar a consulta disposta no subitem anterior, será lavrada a Ata e suspensa a sessão.

11.2.8 Não será aceito protocolo de entrega ou de solicitação de documento em substituição a documento exigido no presente Edital e seus anexos.

12. JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1 Depois de encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, verificada a aceitabilidade da melhor oferta, será aberto, pelo(a) Pregoeiro(a), o envelope “B” da respectiva licitante, para verificação quanto ao atendimento das condições habilitatórias exigidas nos termos do item 11 deste Edital.

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

12.2 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação podem ser saneadas durante sessão pública de processamento do pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) Substituição e apresentação de documentos ou;
- b) Verificação de informações efetuada por meio eletrônico hábil.

12.2.1 A verificação será certificada pelo(a) Pregoeiro(a) e deverá ser anexada aos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.3 O OstrasPrev não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

12.4 Constatando, o(a) Pregoeiro(a), o atendimento pleno pela licitante das exigências editalícias, a declarará vencedora deste pregão.

12.5 Caso a licitante desatenda as exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta e o atendimento das exigências de habilitação e negociará com seu autor, até que um licitante cumpra as condições fixadas neste edital.

12.6 Da reunião do pregão lavrar-se-á, obrigatoriamente, ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes, e, ao final, será assinada pelo(a) Pregoeiro(a) e pela equipe de apoio, bem como pelos licitantes presentes.

12.7 O(a) Pregoeiro(a) poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

12.8 O(a) Pregoeiro poderá solicitar assessoria técnica de quaisquer outros departamentos do OstrasPrev ou de terceiros, em qualquer fase deste procedimento licitatório, bem como lhe fica assegurado o direito de, se assim julgar necessário ou conveniente, visitar as dependências dos licitantes, para nelas verificar as condições de trabalho e de atendimento às exigências deste Edital.

12.9 O(a) Pregoeiro(a) manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a ulatimação do ajustado com o adjudicatário, devendo os licitantes retirá-los até 10 (dez) dias úteis, após a publicação do extrato do contrato no Órgão Oficial do Município de Rio das Ostras, sob pena de inutilização dos documentos neles contidos.

13. DOS RECURSOS

13.1 No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo de recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.1.1 A não apresentação de razões escritas acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese das razões orais.

13.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, ocorrendo a adjudicação do objeto do certame pelo(a) Pregoeiro(a) à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

13.3 Os recursos serão dirigidos ao(a) Pregoeiro(a), que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou fazê-lo subir, devidamente informado, caso não reforme sua decisão, ao Presidente do OstrasPrev, autoridade competente para exame e decisão.

13.4 O recurso terá efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5 O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no Órgão Oficial do Município ou comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico (e-mail).

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 A adjudicação será feita POR PREÇO GLOBAL.

14.2 O(a) Pregoeiro(a) promoverá a adjudicação do objeto ora licitado, na forma estabelecida no art. 4º, inciso XX da Lei Federal nº 10.520/2002.

14.3 Decidido os recursos, poderá o Presidente do OstrasPrev adjudicar o objeto ora licitado na forma estabelecida no art. 4º, inciso XXI da Lei Federal nº 10.520/2002.

14.4 O Presidente do OstrasPrev homologará o resultado do certame e autorizará a emissão do empenho em favor da adjudicação do objeto ora licitado.

15. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

15.1 Uma vez emitida a Nota de Empenho, a Coordenadoria de Administração – COAD, por meio do Departamento de Licitações e Contratos – DELCO, convocará a adjudicatária para assinar o Termo de Contrato.

15.1.1 Para assinar o contrato, a adjudicatária deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação.

15.2 Deixando o adjudicatário, quando convocado formalmente pela administração (por e-mail e/ou ofício), de assinar o Termo de Contrato no prazo, máximo de 3 (três) dias úteis, poderá o(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, exceto na decorrência de 60 (sessenta) dias corridos da apresentação da proposta. Acrescendo-se que a retomada procedimental será formalizada em sessão pública, dada devida publicidade, cabendo à nova decisão do(a) Pregoeiro(a), novo manifesto recursal.

15.2.1 No caso de não atendimento à convocação por e-mail e/ou ofício, a notificação ocorrerá através de publicação no Jornal Oficial do Município de Rio das Ostras.

15.3 Na hipótese do OstrasPrev não assinar o Contrato com a empresa vencedora ou com outra, na ordem de classificação, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da entrega das propostas, os licitantes ficarão liberados de quaisquer compromissos assumidos.

15.4 A adjudicatária decairá do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993 e neste Edital, caso ocorra recusa em assinar o Contrato ou não compareça no prazo estabelecido, após a convocação, sendo facultado ao OstrasPrev convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições.

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

15.5 Uma vez assinado o Termo de Contrato (Minuta no **anexo 07**) o OstrasPrev obriga-se a promover a publicação, em extrato, dentro do prazo da Lei.

16. DO PRAZO, DA FORMA DE ENTREGA E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 DO PRAZO:

16.1.1 O prazo de duração do contrato decorrente desta licitação, para a entrega dos veículos licitados será de 30 (trinta) dias, cujo início será a partir da publicação do extrato do contrato no Órgão Oficial do Município de Rio das Ostras, após emissão de Nota de Empenho, nos termos do caput do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993.

a) A Nota de Empenho será emitida pela Assessoria Contábil – ASSECON, com anuência do Presidente do OstrasPrev, após a assinatura do Termo de Contrato.

16.1.2 O prazo acima poderá ser prorrogado, sendo mantidas as suas demais cláusulas, mediante a assinatura de Termo Aditivo, nas hipóteses do parágrafo 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, e, desde que, devidamente autuado os motivos no processo licitatório, justificada a necessidade da prorrogação pelo Departamento solicitante, e, consubstanciada na autorização do Presidente do OstrasPrev observadas as disposições dos § 2º e do referido dispositivo legal.

16.1.3 Em caso de necessidade ou interesse na prorrogação do contrato, caberá ao fiscal do contrato comunicar ao DELCO, para que solicite a prorrogação à autoridade competente, até 15 (quinze) dias corridos, anteriores ao término de vigência deste Contrato.

16.2 DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO:

16.2.1 A empresa a ser contratada procederá a entrega dos veículos conforme previsto neste Edital e seus anexos.

16.2.2 O Fiscal do Contrato, a ser designado pela COAD, acompanhará a entrega dos veículos, em conjunto com um servidor do Departamento de Patrimônio, Almoxarifado e Serviços – DEPAS, no caso do Fiscal ser de Departamento divergente, de acordo com o Edital e seus Anexos, que poderá recebê-los conforme abaixo:

a) Provisoriamente, deverá ser verificada a quantidade solicitada, bem como análise e comprovação da conformidade do objeto com sua exata especificação. O recebimento provisório não se traduz por aceitação. Esta somente será efetivada após ter sido o veículo periciado e julgado em condições de ser aceito.

b) Definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório, ou pelo prazo para entrega do laudo técnico, caso seja necessário, quando será demonstrada a aceitação do objeto, após ser verificada a boa qualidade do objeto entregue.

16.2.3 As rejeições dos veículos, pelo DEPAS em conjunto com o Fiscal do Contrato, se for o caso, conforme item 16.2.2, que por ventura ocorram, não justificam a alteração dos prazos fixados no Edital, na proposta ou no contrato.

16.2.4 Verificando-se a rejeição dos veículos pelo DEPAS, em conjunto com o Fiscal do Contrato, se for o caso, conforme item 16.2.2, a empresa será notificada para efetuar as devidas correções, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para que satisfaça as exigências preestabelecidas no Edital e seus Anexos, cabendo ao Fiscal também outras atribuições delegadas no Contrato.

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

16.2.5 Fica, desde já, reservado ao OstrasPrev o direito de, a qualquer tempo, levar a exame detalhado específico, os veículos entregues, a fim de comprovar a sua boa qualidade, dentro das normas e padrões vigentes.

16.3 DA FISCALIZAÇÃO:

16.3.1 A fiscalização da entrega dos veículos será exercida por servidor a ser designado pela COAD, que poderá ser servidor do DEPAS ou outro departamento diverso, que atestará a Nota Fiscal quanto a entrega dos veículos, consubstanciando a liberação de pagamento de acordo com a execução.

16.3.2 A fiscalização representará o OstrasPrev a fim de garantir o fiel cumprimento ao presente contrato, tendo ainda como atribuições:

- a) Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o cumprimento da entrega veículos e;
- b) Transmitir suas ordens e instruções por escrito à empresa a ser contratada, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à empresa a ser contratada o direito de solicitar da fiscalização, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas;
- c) Instruir o(s) recursos(s) da empresa a ser contratada no que se referir a pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do OstrasPrev;
- d) As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos respectivos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

16.3.3 A omissão, ainda que eventual, da fiscalização do OstrasPrev no desempenho de suas atribuições, não eximirá a à empresa a ser contratada da responsabilidade pela perfeita execução do objeto contratado.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 O pagamento da despesa será efetuado pela Assessoria de Tesouraria – ASSETES, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento, conforme previsto no art. 40 da Lei Federal nº 8.666/93.

17.2 O adimplemento será comprovado através da apresentação da Nota Fiscal, isenta de erros, emitida imediatamente após autorização do Fiscal do Contrato e deverá ser devidamente atestada por este, que comprovem o fiel cumprimento do Contrato.

17.3 O Fiscal do Contrato encaminhará, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a respectiva Nota Fiscal a ASSECON, para liberação de nota de empenho para pagamento pela ASSETES.

17.4 Ocorrendo atraso no pagamento à empresa a ser contratada por mais de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento, desde que, este, não decorra de ato ou fato atribuível à empresa a ser contratada, sofrerão a incidência de multa de 0,1% (um décimo por cento) calculada sobre a parcela devida. A compensação financeira será calculada desde a data prevista para pagamento até a data da sua efetivação, através da aplicação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M “*pro rata tempore*” por dia de atraso ou no caso de sua extinção, por índice definido legalmente como seu substituto, calculada sobre a parcela devida.

17.5 Ocorrendo antecipação no pagamento à empresa a ser contratada aplicar-se-á, como desconto, a compensação financeira acima referida, calculada entre a data na qual ocorreu o pagamento e o 20º (vigésimo) dia previsto para o pagamento, determinado no subitem 17.1 e, cumprindo-se deste modo, o que dispõe a alínea “d” do inciso XIV do artigo 40 da Lei Federal 8.666/93.

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

17.6 A Assessoria de Controle Interno – ACI, deverá observar, na ocasião da liberação dos pagamentos, a apresentação das Certidões Negativas de Débitos referentes ao INSS, FGTS, Débitos Trabalhistas e Tributos Municipais, atualizadas.

17.7 O pagamento será efetuado através de depósito bancário na conta corrente da empresa a ser contratada, conforme informações apresentadas no **anexo 06**, preenchido pela empresa a ser contratada.

17.8 Efetuado o pagamento através de crédito em conta corrente, o depósito valerá como instrumento de quitação do principal, dos juros e da correção monetária, salvo se houver ressalva expressa dirigida ao OstrasPrev, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data do depósito em conta.

17.9 Caso se faça necessário à aplicação de multa à empresa a ser contratada, esta será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo OstrasPrev ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente, de acordo com o previsto no § 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

17.10 Não haverá atualizações ou compensações financeiras a qualquer título ou hipótese.

18. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

18.1 O OstrasPrev obrigar-se-á:

18.1.1 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;

18.1.2 Processar e liquidar, em uma única vez, a fatura correspondente ao valor proposto, ora contratado, quanto à fruição do objeto contratado, após a certificação da entrega dos veículos pelo DEPAS e da certificação do valor contratual pela ASSECON, para pagamento através de depósito ou transferência na Conta Corrente da empresa a ser contratada, que valerá como recibo e plena quitação pelo valor recebido, se não houver comunicação, em contrário por escrito por parte da empresa a ser contratada, no prazo de 02 (dois) dias úteis;

18.1.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos representantes da empresa a ser contratada;

18.1.4 Designar servidor para fiscalizar a execução do contrato, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93.

18.2 A empresa a ser contratada, obrigar-se-á:

18.2.1 Responsabilizar-se pelas despesas de alimentação, transporte, meios de comunicação, bem como todas aquelas ocasionadas com o deslocamento dos funcionários, bem como pelos custos da entrega dos veículos;

18.2.2 Assumir, rigorosamente a responsabilidade pela excelência dos veículos fornecidos ao OstrasPrev, dentro das especificações contidas no Termo de Referência – **anexo 05** deste Edital, bem como dentro das disposições contratuais e da Lei Federal nº 8.666/93;

18.2.3 Efetuar rigorosa fiscalização quanto à qualidade do objeto desta contratação, visando manter a eficiência e eficácia dos mesmos;

18.2.4 Reparar possíveis danos que causar ao OstrasPrev ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo ou de seus prepostos, no fornecimento do objeto pactuado ou durante o período de garantia, devendo seguir criteriosamente as Normas de Segurança do Trabalho, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo OstrasPrev;

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

18.2.5 Emitir fatura discriminada dos veículos fornecidos, para que seja processado e efetuado o pagamento;

18.2.6 A empresa a ser contratada é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.2.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os veículos que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da utilização por um período de 60 (sessenta) dias.

18.2.8 A empresa a ser contratada responderá por violação a direitos de uso de materiais, métodos ou processos relativos ao objeto do contrato, protegidos por registros, marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões e licenças, que forem devidas, sendo de sua inteira e exclusiva responsabilidade, estando o OstrasPrev eximido das consequências de qualquer utilização indevida.

19. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

19.1 O Contrato decorrente da presente Licitação poderá ser modificado pelo OstrasPrev, sendo mantidas as suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus parágrafos 1º e 2º e/ou no artigo 65, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

19.2 Toda e qualquer alteração contratual será formalizada através de Termo(s) Aditivo(s) ao Contrato primitivo, desde que, solicitado à autoridade ou a unidade competente, num prazo mínimo de 15 (quinze) dias corridos, anteriores ao vencimento do Contrato, devidamente autuado no processo licitatório, fundamentado nas justificativas apresentadas pelo Departamento solicitante, consubstanciada na autorização do Presidente do OstrasPrev.

19.2.1 As alterações decorrentes de reajustes previstos no presente Edital ou no Contrato (Minuta no **anexo 07**) devem ser formalizadas mediante simples apostilamento, conforme art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993, evitando a utilização de aditamentos contratuais para esse fim.

19.3 No caso de haver aumento do quantitativo do objeto contratado previstos na Proposta de Preço (**Anexo 06**), os preços unitários serão os vigentes do mês da apresentação da proposta, respeitados os limites estabelecidos no §1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

20. DO REAJUSTE

20.1 Não há.

21. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

21.1 Da Rescisão Administrativa:

21.1.1 O OstrasPrev poderá rescindir administrativamente o contrato a ser firmado, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas nos Incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa em conformidade com o caput e inciso I do artigo 79 do mesmo diploma legal.

21.1.2 A rescisão de que trata a presente cláusula acarretará à(s) empresa(s) a ser(em) contratada(s), no que couber, a consequência de que trata o art. 80 da Lei Federal nº 8.666/1993, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato a ser firmado e na mencionada Lei Federal nº 8.666/1993.

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

21.2 Da Rescisão Amigável:

21.2.1 Ocorrerá a rescisão amigável do contrato a ser firmando, quando houver acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o OstrasPrev.

21.2.2 A rescisão por qualquer causa não imputável à empresa a ser contratada implica no pagamento a ela de quantia equivalente ao objeto entregue e aceito, atestado pelo setor do OstrasPrev que usufruiu do objeto contratado.

21.3 Outras hipóteses de Rescisão:

21.3.1 Dar-se-á, ainda, a rescisão do contrato a ser firmado, no caso de ocorrer uma das hipóteses previstas nos incisos XIII e XVI do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993.

21.3.2 O Instrumento de contrato a ser firmado, se assim convier ao OstrasPrev, ficará automaticamente rescindido, de acordo com o art. 58, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993, cabendo à empresa a ser contratada, exclusivamente, o recebimento do valor correspondente ao objeto entregue e aceito, sem qualquer indenização, visto que, neste ato, renuncia expressamente a qualquer direito que a Lei lhe conferir nesse sentido.

21.3.3 O OstrasPrev poderá ainda rescindir o contrato em caso de descumprimento da obrigação prevista no item 18.2.6 do presente Edital – Manutenção das condições de habilitação e qualificação durante toda a execução do contrato, conforme inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/1993, sendo assegurado o contraditório e à ampla defesa.

21.4 Das Consequências da Rescisão:

21.4.1 A decretação da rescisão do contrato a ser firmado operará seus efeitos a partir da publicação no Jornal Oficial do Município de Rio das Ostras.

21.4.2 Quando a rescisão for administrativa, esta acarreta as seguintes consequências:

a) Na decretação da rescisão, a empresa a ser contratada, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato a ser firmado;

b) Decretada a rescisão sem que caiba culpa à a empresa a ser contratada, a mesma será ressarcida dos prejuízos comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a: I - devolução de garantia; II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; III - pagamento do custo da desmobilização;

c) Decretada a rescisão por culpa da empresa a ser contratada, a mesma somente terá direito do recebimento das faturas relativas ao adimplemento parcial, descontadas as multas porventura devidas, podendo o OstrasPrev promover todos os atos cabíveis para atendimento do interesse público;

d) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

22. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 A empresa a ser contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a realização do objeto licitado, sujeitando-se às penalidades constantes no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 à 88 da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

22.2 Caso deixe de cumprir as obrigações estabelecidas, a empresa a ser contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia de atraso do início de sua execução, até o limite máximo de 2% (dois por cento). Acima do limite aqui estabelecido, caracterizará inexecução total da obrigação assumida;
- c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de sua inexecução total ou parcial, ou ainda, pela recusa injustificada em assinar o contrato;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) pelo descumprimento de qualquer outra obrigação pactuada;
- e) Suspensão para contratar com a Administração;
- f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal.

22.3 A multa prevista nas alíneas “b”, “c” e “d” do item acima será descontada, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

22.4 Antes da aplicação de qualquer das penalidades, a empresa a ser contratada será advertida, devendo apresentar defesa em 10 (dez) dias úteis.

22.5 A empresa a ser contratada somente poderá receber 03 (três) advertências, quando, então, será declarado o descumprimento do contrato a ser firmado, com a aplicação das penalidades cabíveis.

22.6 As advertências, quando seguidas de justificativa aceita pelo OstrasPrev, não serão computadas para o fim previsto no subitem 22.5.

22.7 As advertências, quando não seguidas de justificativa ou quando esta não for aceita pelo OstrasPrev, darão ensejo à aplicação das penalidades das letras “b” a “f” do subitem 22.2.

22.8 As multas previstas nas letras “b”, “c” e “d” poderão ser aplicadas em conjunto e acumuladas com uma das penalidades previstas nas letras “e” e “f”, todas do subitem 22.2.

22.9 A multa moratória será calculada do momento em que ocorreu o fato gerador e não da advertência, estando limitada a 10% (dez por cento), quando deverá ser cancelado o contrato a ser firmado e aplicada, também, a multa cominatória de 10% (dez por cento). Poderá o OstrasPrev, entretanto, cancelar o contrato a ser firmado, em razão do atraso.

22.10 O OstrasPrev poderá considerar outros fatos, que não o simples atraso no adimplemento, para extinção do contrato a se firmado.

22.11 O percentual de multa será calculado pelo total do valor do contrato a ser firmado, tendo como fator de atualização o do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, que incidirá a partir da data em que ocorrer o fato, até o dia do efetivo pagamento da multa.

22.12 Se o descumprimento da obrigação constante no contrato a ser firmado gerar consequências graves para o OstrasPrev, poderá este, além de extinguir o contrato, aplicar uma das penalidades previstas na letra “e” ou “f” do subitem 22.2.

22.13 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao OstrasPrev, observado o princípio da proporcionalidade.

22.14 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á por meio de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

22.15 Quando declarada a Inidoneidade da empresa a ser contratada, o OstrasPrev submeterá sua decisão à sua Assessoria Jurídica, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.

22.16 Não confirmada a Declaração de Inidoneidade, será esta considerada como suspensão para contratar com a Administração pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

22.17 Poderão ser declaradas inidôneas ou receberem a pena de suspensão as empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/1993:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos de licitação;
- c) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude da prática e de atos ilícitos.

23. DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

23.1 O Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do OstrasPrev.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

24.1 É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência com a finalidade de verificação da autenticidade e veracidade dos documentos e das informações apresentadas nas propostas e demais atos que entender pertinentes, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

24.2 A presente licitação poderá ser REVOGADA por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou ANULADA no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por esses fatos, conforme o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993.

24.3 O (a) Pregoeiro (a) solicitará, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares, se julgar necessário.

24.4 Poderão ser convidados a colaborar com o (a) Pregoeiro(a), assessorando-o, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculada, direta ou indiretamente a qualquer dos licitantes, bem como qualquer outro servidor desta municipalidade.

24.5 O (a) pregoeiro(a), no interesse público e para ampliação da competitividade entre os licitantes, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não seja infringido os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia.

24.6 Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio, com base no ordenamento jurídico vigente.

24.7 O objeto sob licitação deverão ser entregues, para fins de adimplemento contratual, nos locais respectivamente designados.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

24.9 A participação de qualquer empresa nesta licitação será considerada como prova evidente de sua aceitação e submissão às normas deste Edital e demais normas aplicáveis.

24.10 O OstrasPrev não aceitará reclamações futuras oriundas da má interpretação deste Edital ou entendimentos equivocados, não aceitando, portanto, reivindicações decorrentes desses fatos.

24.11 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.12 No caso da sessão do Pregão vir a ser, excepcionalmente, suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do (a) Pregoeiro(a) e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

24.13 No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

24.14 O foro da cidade de Rio das Ostras é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Rio das Ostras, 01 de março de 2018.

LUCIANO MACÁRIO DOS SANTOS
Presidente

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 01 – Carta de Credenciamento

Ao OstrasPrev – Rio das Ostras Previdência
Rua Rio Grande do Sul, 129, Extensão do Bosque

Pelo presente instrumento, fica credenciado o Sr.(a) _____,
portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida em ___/___/____, pelo
_____, para representar a empresa _____,
inscrita no CNPJ no _____, na licitação por **Pregão nº 03/2018**, a ser realizado
em ___/___/____, na sede deste Órgão, podendo para tanto praticar todos os atos necessários,
inclusive prestar esclarecimentos, receber intimações, oferecer lances, negociar preços, interpor
recursos e manifestar-se sobre sua desistência.

Em, ___/___/_____

Assinatura do Representante Legal

Nome completo: _____

Identidade: _____

CPF: _____

Cargo: _____

Carimbo com CNPJ

OBS:

- A carta de credenciamento deverá ser assinada pelo representante legal do licitante com poderes estatutários e/ou contratuais para constituir mandatários;
- Devera ser apresentado junto ao presente instrumento o Ato Constitutivo, em original ou cópia autenticada por cartório, devendo ser acompanhado da carteira de identidade do credenciado.
- Caso esteja previsto em seu Ato constitutivo ou estatuto ou contrato social, em vigor, mais de um representante legal com poderes estatutários e/ou contratuais para constituir mandatários, no verso desta Carta, este(s) deverá(ão) assinar(em) e apresentar identificação clara, conforme acima exigida, e através de processo mecânico.
- A carta de credenciamento e os documentos exigidos na alínea (b) não deverão ser colocados dentro de nenhum dos envelopes, devendo permanecer em sua parte externa;
- Este formulário poderá ser utilizado ou substituído por cópia, deverá ser preenchido de forma legível, ou apresentado em papel timbrado da empresa com a transcrição exata do teor.
- Deverá ser apresentada identidade original do credenciado no ato da entrega do envelope "A".

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 02 – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação

A Empresa _____,
devidamente inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada
em _____ por intermédio de seu representante
legal, infra-assinado, _____ (nome completo),
_____ (qualificação), _____ (cargo),
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob
nº _____, residente e domiciliada à rua _____,
em conformidade com o disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02,
DECLARA, sob as penas da lei, que CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE
PREÇOS E HABILITATÓRIOS exigidos para participação no certame **Pregão nº
03/2018**.

Em, ____/____/____

Assinatura do Representante Legal



EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 03 – Declaração Conjunta

Ao OstrasPrev – Rio das Ostras Previdência
Rua Rio Grande do Sul, 129, Extensão do Bosque

Ref.: **Pregão nº 03/2018**

A empresa _____ CNPJ
_____ sediada na _____ telefone
_____ e-mail _____, por intermédio de
seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do pregão supramencionado,
DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

- a) Detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital supra.
- b) Não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99), em cumprimento ao estabelecido no inciso V, do artigo 27 da Lei nº 8.666/1993.
- c) Declara, ainda, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao que determina o art. 32, §2º, da Lei n.º. 8.666/93.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura e carimbo do Representante Legal

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 04 – Declaração de Enquadramento
(Somente para ME, EPP ou Cooperativa)

A Empresa _____,
devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada em
_____, por intermédio de seu representante legal,
para fins do **Pregão nº 03/2018, DECLARA** expressamente, sob as penas da lei, que:

- Encontra-se enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, na forma da LC n.º 123/2006 e Lei n.º 11.488, art. 34.
- Tem conhecimento dos arts. 42 e 49, da Lei Complementar n.º 123/2006, estando cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.
- Não está incurso em nenhuma das vedações do art. 3º. § 4º da Lei Complementar nº 123/2006.
- Preenche os requisitos da Lei Complementar n.º 123/2006.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal

Nome ou carimbo do Declarante:

Cargo ou carimbo do Declarante:

Nº da cédula de Identidade:

Telefone, telefax e e-mail para contato:

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018

PREGÃO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 05 – Termo de Referência

1. OBJETO

1.1 Aquisição de veículos oficiais para atender as necessidades do OstrasPrev, com entrega única, conforme as especificações e quantidades abaixo relacionadas:

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A aquisição do novo veículo, tipo SEDAN é necessária para atender o deslocamento de modo geral de autoridades, gestores e servidores, e também, de viagens oficiais, inclusive aquelas com distâncias maiores, fora do Município, quando estiverem representando o Instituto em eventos institucionais, reuniões e demais circunstâncias semelhantes;

2.2 A aquisição do novo veículo, tipo HACHT é necessária para atender, prioritariamente, as rotinas administrativas, como realização de malotes, transporte de servidores para realizarem diligências, entre outros serviços que envolvem a rotina administrativa dos órgãos públicos.

2.3 Ficam justificadas as mencionadas aquisições, pois os atuais veículos do Instituto estão em defasagem qualitativa para atender as suas demandas, conforme demonstrado e fundamentado por meio do Processo nº 2017.2076.700329PA, pelo qual está sendo processado o leilão dos mesmos.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTDE	VALOR UNITÁRIO (ESTIMADO)
01	Aquisição de veículo tipo SEDAN COMPLETO , atendendo as configurações MÍNIMAS abaixo: Ano de fabricação 2017 ou superior; Modelo 2017 ou mais atual; 04 (quatro) portas laterais e uma porta de acesso ao porta malas; Zero quilômetro (será considerado assim o veículo antes de seu registro e licenciamento - Deliberação CONTRAN nº 64, de 30 de maio de 2008); Motor dianteiro Flex aspirado: gasolina e etanol; Injeção eletrônica de combustível, igual ou superior a 2.0 LITROS ; Garantia mínima de 03 (três) anos; Tanque de combustível com capacidade igual ou acima de 50 litros; Motor 04 cilindros em linha; Câmbio Automático; Potência (CV): igual ou superior a 136 (gasolina); Torque (MKGf): igual ou superior a 17,0 (gasolina); Distância mínima entre eixos: igual ou superior a 2.600 mm; Capacidade do porta-malas (litros): igual ou superior a 440 litros; Direção elétrica ou hidráulica; Vidros e travas elétricas nas quatro portas; Sistema de alarme; Rádio, CD, MP3 Player, USB com autos falantes original de fábrica; Conexão Bluetooth para chamadas hands-free; Ar-condicionado original de fábrica; Rodas/pneus com aro igual ou superior a 16"; Rodas de liga leve; Capacidade para 5 (cinco) passageiros; Computador de bordo; Desembaçador do vidro traseiro;	01	R\$ 110.988,34

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018

PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 05 – Termo de Referência

	<p>Cintos de segurança laterais e central traseiro, de três pontos; Farois de neblina dianteiros; Hodômetro digital; Central multimídia; Sistema Air Bag; Travamento automático das portas ativado pelo movimento do veículo; Protetor de cárter; Bancos com revestimento em couro; Freio ABS de distribuição; Películas nos vidros escurecidas com transparência mínima de 75% (dentro dos parâmetros do CONTRAN); Pintura na cor PRETA; Demais itens e acessórios de segurança exigidos por lei; Manual do proprietário e de manutenção, em português. Obs. Os sistemas de trava elétrica, alarme antifurto e sistema de som, faróis de neblina e demais opcionais devem ser originais de fábrica, e não serão aceitas outras instalações e adaptações por parte da concessionária, sob risco de devolução do veículo.</p>		
02	<p>Aquisição de veículo tipo HACHT COMPLETO, atendendo as configurações MÍNIMAS abaixo: Ano de fabricação 2017 ou superior; Modelo 2017 ou mais atual; 04 (quatro) portas laterais e uma porta de acesso ao porta malas; Zero quilômetro (será considerado assim o veículo antes de seu registro e licenciamento - Deliberação CONTRAN nº 64, de 30 de maio de 2008); Motor dianteiro Flex aspirado; Injeção eletrônica de combustível, igual ou superior a 1.4 LITROS; Garantia mínima de 03 (três) anos; Tanque de combustível com capacidade igual ou superior a 45 litros; Motor 04 cilindros em linha; Câmbio mecânico; Potência (CV): igual ou superior a 92 (gasolina); Torque (MKGf): igual ou superior a 13,9 (gasolina); Distância mínima entre eixos: igual ou superior a 2.450 mm; Capacidade do porta-malas (litros): igual ou superior a 270 litros; Direção elétrica ou hidráulica; Vidros e travas elétricas nas quatro portas; Sistema de alarme antifurto; Rádio, CD, MP3 Player, USB com autos falantes original de fábrica; Conexão Bluetooth para chamadas hands-free; Ar-condicionado original de fábrica; Rodas/pneus com aro igual ou superior a 14"; Rodas de liga leve; Capacidade para cinco passageiros; Computador de bordo; Desembaçador do vidro traseiro; Cintos de segurança laterais e central traseiro, de três pontos; Farois de neblina dianteiros; Hodômetro digital;</p>	01	R\$ 72.440,17

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018

PREGÃO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 05 – Termo de Referência

Central multimídia; Sistema Air Bag; Travamento automático das portas ativado pelo movimento do veículo; Protetor de cárter; Bancos com revestimento em tecido; Freio ABS de distribuição; Películas nos vidros escurecidas com transparência mínima de 75% (dentro dos parâmetros do CONTRAN); Pintura na cor BRANCA ; Demais itens e acessórios de segurança exigidos por lei; Manual do proprietário e de manutenção, em português. Obs. Os sistemas de trava elétrica, alarme antifurto e sistema de som, faróis de neblina e demais opcionais devem ser originais de fábrica, e não serão aceitas outras instalações e adaptações por parte da concessionária, sob risco de devolução do veículo.		
VALOR GLOBAL ESTIMADO		R\$ 183.428,50

4. DA GARANTIA

- 4.1. Todos os objetos descritos na **CLAUSÚLA 03** deverão ser novos, de primeiro uso, reconhecidos no mercado, com garantia mínima de 03 (três) anos do fabricante.
- 4.2. Veículo(s) zero-quilômetro, com duas chaves e com os manuais em português do proprietário, de manutenção e de garantia;
- 4.3. Prestação de serviço de assistência técnica gratuita, reparar e corrigir, durante o prazo de vigência da garantia, o veículo que apresentar vícios, defeitos ou incorreções, sem ônus para a contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis;
- 4.4. Substituir, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, o veículo que apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência com que as ocorrências técnicas corretivas tenham sido realizadas nas concessionárias do fabricante, durante a vigência da garantia;
- 4.5. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, às suas custas e riscos, num prazo de no máximo de 15 (quinze) dias corridos, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos produtos, decorrente de culpa da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante;
- 4.6. Todos os itens que compõem o objeto, conforme a Planilha da **CLAUSULA 03** do presente termo, deverão ser originais de fábrica.

5. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 5.1 A LICITANTE deverá apresentar Registro ou Inscrição na entidade profissional competente;
- 5.2 Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprobatório do objeto e/ou similares da licitação pela empresa licitante.
- 5.3 Declaração do próprio licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e que concorda com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 5.4 Nos casos em que os interessados não sejam o fabricante dos veículos ofertados, estes devem encaminhar Carta emitida pelo fabricante direcionada ao **OSTRASPREV – RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA**, informando que o proponente é revendedor autorizado.

6. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018

PREGÃO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 05 – Termo de Referência

6.1 Em sua proposta a licitante deverá indicar, na planilha orçamentária, o valor unitário dos itens e o total global;

6.2 Compete à Contratada fazer minucioso estudo, verificar o Termo de Referência e Planilha, bem como as especificações técnicas e demais componentes integrantes solicitados pela Contratante para fornecimento dos veículos. Apresentada a proposta na licitação, ficará pressuposta a concordância tácita de todos os documentos solicitados, e condições estabelecidas, não cabendo qualquer alegação posterior sobre divergências entre os mesmos.

6.3 Caberá à contratada as despesas com transportes, impostos, indenizações e custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento, os quais deverão estar incluídos no preço da Planilha Licitatória integrante da proposta. Eventuais dúvidas a esse respeito, também, deverão ser objeto de consulta fase licitatória, não sendo admitidas, posteriormente, postulações da Contratada, que tenham por base interpretações diversas do disposto neste Termo de Referência.

7. DIRETRIZES PARA ENTREGA DO OBJETO

7.1 Os veículos serão entregues no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Extrato da Nota de Empenho a ser emitida pelo OstrasPrev – Rio das Ostras Previdência, ou outro prazo assim determinado, em Edital de licitação.

8. FISCALIZAÇÃO E PAGAMENTO

8.1 A entrega dos veículos elencados na **CLÁUSULA 3**, serão acompanhadas pela Fiscalização da Contratante, para tanto instituída, devendo, sem exclusão das demais atribuições cabíveis, atestar os documentos referentes ao término da execução do contrato, para autorizar a devida emissão de Nota Fiscal;

8.2 A contratante designará como fiscais prepostos seus, com autoridade para exercer, em nome do OSTRAPREV, toda e qualquer ação ao fiel cumprimento do Contrato;

8.3 O responsável designado para o recebimento poderá recusar os veículos fornecidos em desacordo com a Autorização de Entrega, no que se refere a especificações, qualidade ou quantidade com as apresentadas na proposta comercial, ou que tenham sofrido danos ou avarias no transporte ou descarga, que comprometam a sua utilização adequada observadas no ato da recepção.

8.4 As exigências da Fiscalização basear-se-ão no Edital, neste Termo de Referência, nos termos contratuais e nas regras básicas da boa técnica;

8.5 A contratada se comprometerá a fornecer à Fiscalização, no cumprimento de suas funções todas as informações necessárias.

8.6 Após a conclusão da entrega dos veículos será efetuada as verificações e conferências necessárias pela fiscalização da Contratante, que em sendo aprovada, elaborará TERMO DE RECEBIMENTO em 02 (duas) vias de igual teor assinada pelas partes, sendo a 1ª via para compor o processo e a 2ª para a Contratada;

8.7 O pagamento também está condicionado ao cumprimento, pela Contratada, da comprovação de todas as exigências legais aplicáveis, em especial de caráter trabalhista, fiscal e previdenciário.

8.8 O pagamento relativo ao fornecimento será efetuado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após a entrega da NF à Contratante.

Rio das Ostras, 22 de fevereiro de 2018.

Ricardo Pereira Pinto Duarte
Coordenador de Administração

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018

PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 06 – Proposta de Preço

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone/ Fax:

E-mail:

OBJETO: Contratação de empresa(s) com proposta mais vantajosa para a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS**, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência (anexo 05), bem como na presente Proposta de Preço, partes integrantes do Edital nº **03/2018**.

<i>Item</i>	<i>Descrição Resumida</i>	<i>Qtde</i>	<i>Modelo</i>	<i>Valor Unitário</i>
01	Aquisição de veículo tipo SEDAN COMPLETO , atendendo as configurações MÍNIMAS descritas no Anexo I – Termo de Referência. Ano de fabricação 2017 ou superior; Modelo 2017 ou mais atual;	01		
02	Aquisição de veículo tipo HACHT COMPLETO , atendendo as configurações MÍNIMAS descritas no Anexo I – Termo de Referência. Ano de fabricação 2017 ou superior; Modelo 2017 ou mais atual;	01		
VALOR GLOBAL				

Atenção: Nos valores acima apresentados deverão estar embutidos os custos com todas as despesas referentes a execução do objeto contratado, conforme especificações do Edital e seus anexos.

VALIDADE DA PROPOSTA: Será de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação nesta licitação.

INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Representante Legal (Nome Legível):

() Sócio () Procurador

Profissão:

RG:

CPF:

Nacionalidade:

Estado Civil:

Endereço:

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018

**PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA**

Anexo 06 – Proposta de Preço

Telefone: _____ E-mail: _____
Assinatura: _____

REPRESENTANTE RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Representante: _____

Cargo: _____

RG: _____

CPF: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

DADOS BANCÁRIOS

Banco: _____

Agência: _____

Conta para depósito: _____

Titular: _____

Em ____/____/____

Assinatura do Representante Legal

Carimbo com CNPJ

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 07 – Minuta de Contrato

CONTRATO nº XX/2018

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O OSTRASPREV – RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA E A EMPRESA, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO OSTRASPREV.

Aos XX dias do mês de XXXXX do ano de XXXX, na Rua Rio Grande do Sul, 129, Extensão do Bosque, Rio das Ostras/ RJ, de um lado, o **OSTRASPREV – RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ 39.691.605-0001/01, doravante designado simplesmente **OSTRASPREV**, neste ato representado pelo seu Presidente Luciano Macário dos Santos, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 106900475 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 068.597.957-19, e de outro lado, a empresa, com sede na Rua..... inscrita no CNPJ sob o nº, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), residente na portador da Carteira de Identidade nº e CPF nº, assinam na presença das testemunhas ao fim nomeadas o presente **TERMO DE CONTRATO**, contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Contrato rege-se pelas normas da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, art. 34 da Lei nº 11.488/2007, Decreto Municipal nº 060/2006, Decreto Municipal nº 1.743/2017, pelo Edital de Pregão do OstrasPrev nº **03/2018** e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993 com as devidas alterações e demais normas pertinentes, sujeitando-se as partes às normas dessas leis e às cláusulas contratuais, mesmo que, não expressamente transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para aquisição de **VEÍCULOS AUTOMOTIVOS**, para atender às necessidades do **OSTRASPREV** (conforme especificações e quantitativos estabelecidos no **Termo de Referência – Anexo 05**, bem como na **Proposta de Preço – Anexo 06**, do Edital nº **03/2018**), com estrita observância das cláusulas abaixo:

2.1 Em cumprimento ao disposto nesta cláusula, a **CONTRATADA** se obriga a entregar o objeto ao **OSTRASPREV** na qualidade e preços propostos, cabendo, ainda, obedecer, rigorosamente, os termos do Edital de Pregão nº **03/2018** – e de seus Anexos constantes do Processo Administrativo nº **2017.5.900500PA**, que embora não transcritos são considerados partes integrantes e complementares deste Instrumento, para todos os fins e efeitos de direito.

2.2 A **CONTRATADA**, durante o prazo de vigência do presente Contrato, se obriga a entregar os veículos conforme discriminado no Edital de Pregão nº **03/2018** e seus anexos, sob pena de ser aplicada à **CONTRATADA** multa administrativa e demais sanções previstas no ato convocatório do certame, neste Instrumento e na legislação própria, podendo, ainda, este Contrato considerar-se rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, se comprovada pela fiscalização do **OSTRASPREV** a não observância destas condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 07 – Minuta de Contrato

O prazo de entrega dos veículos será de 30 (trinta) dias corridos, cujo início será a partir da publicação do extrato do contrato no Órgão Oficial do Município de Rio das Ostras, após emissão de Nota de Empenho, nos termos do caput do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993.

3.1 A Nota de Empenho será emitida pela Assessoria Contábil – ASSECON, com anuência do Presidente do **OSTRASPREV**, após a assinatura deste Instrumento.

3.2 Na contagem do prazo é excluído o dia do início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de expediente do **OSTRASPREV**, conforme o disposto no art. 110 da Lei Federal nº 8.666/1993.

3.3 O prazo acima poderá ser prorrogado, sendo mantidas as suas demais cláusulas, mediante a assinatura de Termo Aditivo, nas hipóteses do §1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, e, desde que, devidamente autuado os motivos no processo licitatório, justificada a necessidade da prorrogação pelo Departamento solicitante, e, consubstanciada na autorização do Presidente do **OSTRASPREV**, observadas as disposições dos §2º e do referido dispositivo legal.

3.4 Em caso de necessidade ou interesse na prorrogação do contrato, caberá ao fiscal do contrato comunicar ao Departamento de Licitações e Contratos- DELCO, para que solicite a prorrogação à autoridade competente, até 15 (quinze) dias corridos, anteriores ao término de vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DO OBJETO:

A **CONTRATADA** entregará ao **OSTRASPREV**, os veículos de forma integral, de acordo com a quantidade prevista no **Termo de Referência (anexo 05)** do presente Edital.

Parágrafo Primeiro: Do fornecimento e acompanhamento da entrega

4.1.1. A **CONTRATADA** deverá entregar ao **OSTRASPREV** os veículos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho, junto ao Departamento de Patrimônio, Almoxarifado e Serviços – DEPAS, situado na sede do OstrasPrev, a saber, Rua Rio Grade do Sul, 129, Extensão do Bosque, Rio das Ostras, no horário das 08h às 17h, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados e pontos facultativos.

4.1.2 A entrega dos veículos será acompanhada pelo Fiscal do Contrato, a ser designado pela COAD, em conjunto com um servidor do DEPAS, no caso do Fiscal ser de Departamento divergente, de acordo com o Edital e seus Anexos, que poderá recebê-los provisoriamente ou definitivamente, conforme estabelecido no item 16.2.2 alíneas a) e b) do Edital nº **03/2018**.

4.1.3 O DEPAS, em conjunto com o Fiscal do Contrato, se for o caso, conforme item 4.1.2, rejeitará o fornecimento dos veículos que estiverem em desacordo com o Edital e seus Anexos.

4.1.4 A(s) rejeição(ões) do(s) veículo(s) que por ventura ocorram, não justificam a alteração dos prazos fixados no Edital, na proposta ou no contrato.

4.1.5 Verificando-se a rejeição pelo DEPAS, em conjunto com o Fiscal do Contrato, se for o caso, conforme item 4.1.2, de qualquer do(s) veículo(s) fornecido(s), a **CONTRATADA** será notificada para retirá-lo e substituí-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, por outro que satisfaça as exigências preestabelecidas no Edital e seus Anexos.

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 07 – Minuta de Contrato

4.1.6 Ainda que recebido em caráter definitivo subsistirá, na forma da Lei, a responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, perfeição, e especificação do(s) veículo(s) fornecido(s).

Parágrafo Segundo: Da fiscalização

4.2.1 A fiscalização da entrega dos veículos pela **CONTRATADA** será exercida por servidor a ser designado pela COAD, que poderá ser servidor do DEPAS ou outro departamento diverso, que atestará a Nota Fiscal quanto a entrega dos veículos, consubstanciando a liberação de pagamento de acordo com a execução.

4.2.1.1 A fiscalização do presente contrato será exercida pelo(a) Servidor(a) _____, inscrito sob a matrícula nº. _____, lotado no(a) _____.

4.2.2 A fiscalização representará o **OSTRASPREV** a fim de garantir o fiel cumprimento ao presente contrato, tendo ainda como atribuições:

- a) Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o cumprimento da entrega veículos e;
- b) Transmitir suas ordens e instruções por escrito à **CONTRATADA**, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à **CONTRATADA** o direito de solicitar da fiscalização, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas;
- c) Instruir o(s) recursos(s) da **CONTRATADA** no que se referir a pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do **OSTRASPREV**;
- d) As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos respectivos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

4.2.3 A omissão, ainda que eventual, da fiscalização do **OSTRASPREV** no desempenho de suas atribuições, não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade pela perfeita execução do objeto contratado.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO, DOTAÇÃO E EMPENHO

5.1 O custo global do presente contrato é de R\$
(.....) empenhado pelo **OSTRASPREV** em favor da **CONTRATADA**.

5.2 As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta do **OSTRASPREV**, mediante os Programas de Trabalho, Elementos da Despesa e do Orçamento, abaixo especificado:

PROGRAMA DE TRABALHO: 09.122.0125.2.151

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52

NOTA DE EMPENHO Nº: -----/-----

EMITIDA EM: ----- / ----- / -----

VALOR R\$ -----

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 07 – Minuta de Contrato

O pagamento da despesa será efetuado pela Assessoria de Tesouraria – ASSETES, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento, conforme previsto no inciso XIV do artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/1993.

6.1 O adimplemento será comprovado através da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, isenta de erros, e devidamente atestada pelo DEPAS à perfeita entrega dos veículos no que concerne a especificação, a quantidade e o prazo de validade (quando houver).

6.2 A **CONTRATADA** emitirá a Nota Fiscal/Fatura, imediatamente após o fornecimento dos veículos ao **OSTRASPREV**.

6.3 A respectiva Nota Fiscal/Fatura, será encaminhada a Assessoria de Contabilidade – ASSECON, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após sua apresentação, para liberação de Nota de Empenho para pagamento pelo ASSETES.

6.4 Ocorrendo atraso no pagamento à **CONTRATADA** por mais de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento, desde que, este, não decorra de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de multa de 0,1% (um décimo por cento) calculada sobre a parcela devida. A compensação financeira será calculada desde a data prevista para pagamento até a data da sua efetivação, através da aplicação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M “*pro rata tempore*” por dia de atraso ou no caso de sua extinção, por índice definido legalmente como seu substituto, calculada sobre a parcela devida.

6.5 Ocorrendo antecipação no pagamento à **CONTRATADA** aplicar-se-á, como desconto, a compensação financeira acima referida, calculada entre a data na qual ocorreu o pagamento e o 20º (vigésimo) dia previsto para o pagamento, determinado no subitem 18.1 e, cumprindo-se deste modo, o que dispõe a alínea “d” do inciso XIV do artigo 40 da Lei Federal 8.666/93.

6.6 A Assessoria de Controle Interno – ACI, deverá observar, na ocasião da liberação dos pagamentos, a apresentação das Certidões Negativas de Débitos referentes ao INSS, FGTS, Débitos Trabalhistas e Tributos Municipais, atualizadas.

6.7 O pagamento será efetuado através de depósito bancário na conta corrente da **CONTRATADA**, conforme informações apresentadas no **Anexo 06 do Edital nº 03/2018**, preenchido pela **CONTRATADA**.

6.8 Efetuado o pagamento através de crédito em conta corrente, o depósito valerá como instrumento de quitação do principal, dos juros e da correção monetária, salvo se houver ressalva expressa dirigida ao **OSTRASPREV**, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data do depósito em conta.

6.9 Caso se faça necessário à aplicação de multa à empresa **CONTRATADA**, esta será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **OSTRASPREV** ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente, de acordo com o previsto no §3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.10 Não haverá atualizações ou compensações financeiras a qualquer título ou hipótese.

6.11 Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018

PREGÃO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 07 – Minuta de Contrato

6.12 A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário diferenciado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO OSTRASPREV

Constituem obrigação da **OSTRASPREV** em relação à presente contratação:

7.1 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;

7.2 Processar e liquidar, em uma única vez, a fatura correspondente ao valor proposto, ora contratado, quanto à fruição do objeto contratado, após a certificação da entrega dos veículos pelo DEPAS e da certificação do valor contratual pela ASSECON, para pagamento através de depósito ou transferência na Conta Corrente da **CONTRATADA**, que valerá como recibo e plena quitação pelo valor recebido, se não houver comunicação, em contrário por escrito por parte da **CONTRATADA**, no prazo de 02 (dois) dias úteis;

7.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos representantes da **CONTRATADA**.

7.4 Designar servidor para fiscalizar a execução do contrato, conforme art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, durante a vigência do contrato:

8.1 Responsabilizar-se pelas despesas de alimentação, transporte, meios de comunicação, bem como todas aquelas ocasionadas com o deslocamento dos funcionários, bem como pelos custos da entrega dos veículos;

8.2 Assumir, rigorosamente a responsabilidade pela excelência dos veículos fornecidos ao **OSTRASPREV**, dentro das especificações contidas no **Termo de Referência – Anexo 05** do Edital nº **03/2018**, bem como dentro das disposições contratuais, e da Lei Federal nº 8.666/93;

8.3 Efetuar rigorosa fiscalização quanto à qualidade do objeto desta contratação, visando manter a eficiência e eficácia dos mesmos;

8.4 Reparar possíveis danos que causar ao **OSTRASPREV** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo ou de seus prepostos, no fornecimento do objeto pactuado ou durante o período de garantia, devendo seguir criteriosamente as Normas de Segurança do Trabalho, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **OSTRASPREV**;

8.5 Emitir fatura discriminada dos veículos fornecidos, para que seja processado e efetuado o pagamento;

8.6 A **CONTRATADA** é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 07 – Minuta de Contrato

8.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os veículos que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da utilização por um período de 60 (sessenta) dias.

8.8 A **CONTRATADA** responderá por violação a direitos de uso de materiais, métodos ou processos relativos ao objeto do contrato, protegidos por registros, marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões e licenças, que forem devidas, sendo de sua inteira e exclusiva responsabilidade, estando o **OSTRASPREV** eximido das consequências de qualquer utilização indevida.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DO OBJETO CONTRATADO

A **CONTRATADA** deverá oferecer garantia contratual nos prazos e condições discriminadas no **Anexo 05 – Termo de Referência** do Edital nº **03/2018**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES E DAS PENALIDADES

Pelo descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações ora estabelecidas, o **OSTRASPREV** poderá aplicar à **CONTRATADA**, as sanções administrativas e penalidades previstas em lei, conforme dispostas nos subitens abaixo.

10.1 A **CONTRATADA** deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a realização do objeto licitado, sujeitando-se às penalidades constantes no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 à 88 da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.

10.2 Caso deixe de cumprir as obrigações estabelecidas, a **CONTRATADA** estará sujeita as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia de atraso do início de sua execução, até o limite máximo de 2% (dois por cento). Acima do limite aqui estabelecido, caracterizará inexecução total da obrigação assumida;
- c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de sua inexecução total ou parcial, ou ainda, pela recusa injustificada em assinar o contrato;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) pelo descumprimento de qualquer outra obrigação pactuada;
- e) Suspensão para contratar com a Administração;
- f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal.

10.3 A multa prevista nas alíneas “b”, “c” e “d” do item acima será descontada, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

10.4 Antes da aplicação de qualquer das penalidades, a **CONTRATADA** será advertida, devendo apresentar defesa em 10 (dez) dias úteis.

10.5 A **CONTRATADA** somente poderá receber 03 (três) advertências, quando, então, será declarado o descumprimento do contrato a ser firmado, com a aplicação das penalidades cabíveis.

10.6 As advertências, quando seguidas de justificativa aceita pelo **OSTRASPREV**, não serão computadas para o fim previsto no subitem 10.5.

10.7 As advertências, quando não seguidas de justificativa ou quando esta não for aceita pelo

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 07 – Minuta de Contrato

OSTRASPREV, darão ensejo à aplicação das penalidades das letras “b” a “f” do subitem 10.2.

10.8 As multas previstas nas letras “b”, “c” e “d” poderão ser aplicadas em conjunto e acumuladas com uma das penalidades previstas nas letras “e” e “f”, todas do subitem 10.2.

10.9 A multa moratória será calculada do momento em que ocorreu o fato gerador e não da advertência, estando limitada a 10% (dez por cento), quando deverá ser cancelado o contrato a ser firmado e aplicada, também, a multa cominatória de 10% (dez por cento). Poderá o **OSTRASPREV**, entretanto, cancelar o contrato a ser firmado, em razão do atraso.

10.10 O **OSTRASPREV** poderá considerar outros fatos, que não o simples atraso no adimplemento, para extinção do contrato a se firmado.

10.11 O percentual de multa será calculado pelo total do valor do contrato a ser firmado, tendo como fator de atualização o do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, que incidirá a partir da data em que ocorrer o fato, até o dia do efetivo pagamento da multa.

10.12 Se o descumprimento da obrigação constante no contrato a ser firmado gerar consequências graves para o **OSTRASPREV**, poderá este, além de extinguir o contrato, aplicar uma das penalidades previstas na letra “e” ou “f” do subitem 10.2.

10.13 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao **OSTRASPREV**, observado o princípio da proporcionalidade.

10.14 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á por meio de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

10.15 Quando declarada a Inidoneidade da **CONTRATADA**, o **OSTRASPREV** submeterá sua decisão à sua Assessoria Jurídica, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.

10.16 Não confirmada a Declaração de Inidoneidade, será esta considerada como suspensão para contratar com a Administração pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

10.17 Poderão ser declaradas inidôneas ou receberem a pena de suspensão as empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/1993:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos de licitação;
- c) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude da prática e de atos ilícitos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A celebração do presente contrato não estabelece qualquer vínculo empregatício ou responsabilidade por parte do **OSTRASPREV**, correndo por conta exclusiva da **CONTRATADA** todas as despesas com encargos sociais, decorrentes da legislação vigente, seja tributária, trabalhista, previdenciária, secundária ou de qualquer natureza.

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 07 – Minuta de Contrato

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ÔNUS E OBRIGAÇÕES SOCIAIS DA CONTRATADA

São de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, no que couber, as despesas decorrentes com taxas e custos diretos ou indiretos que possam recair a prestação de serviço, inclusive os decorrentes de acordo, dissídios e convenções coletivas, e previdenciária, que correrão por sua exclusiva conta, assim como, os ônus e obrigações correspondentes às legislações tributárias, trabalhistas, previdenciária, fiscal, social, securitária, inclusive ICMS devendo comprovar, por ocasião dos pagamentos a serem efetivados pelo **OSTRASPREV**, os recolhimentos efetuados aos respectivos Órgãos inerentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1 Este Contrato poderá ser modificado pelo **OSTRASPREV**, sendo mantidas as suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus parágrafos 1º e 2º e/ou no artigo 65, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

13.2 Toda e qualquer alteração contratual será formalizada através de Termo(s) Aditivo(s) ao Contrato primitivo, desde que, solicitado à autoridade ou a unidade competente, num prazo mínimo de 15 (quinze) dias corridos, anteriores ao vencimento do Contrato, devidamente autuado no processo licitatório, fundamentado nas justificativas apresentadas pelo Departamento solicitante, consubstanciada na autorização do Presidente do **OSTRASPREV**.

13.2.1 As alterações decorrentes de reajustes previstos no Edital nº **03/2018** ou no presente Contrato devem ser formalizadas mediante simples apostilamento, conforme art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993, evitando a utilização de aditamentos contratuais para esse fim.

13.3 No caso de haver aumento do quantitativo do objeto contratado previstos na **Proposta de Preço (Anexo 06)** do Edital nº **03/2018**, os preços unitários serão os vigentes do mês da apresentação da proposta, respeitados os limites estabelecidos no §1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE

14.1 Não há.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

O **OSTRASPREV** poderá rescindir administrativamente o presente contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas nos Incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa em conformidade com o caput e inciso I do artigo 79 do mesmo diploma legal.

15.1 A rescisão de que trata a presente cláusula acarretará à **CONTRATADA**, no que couber, a consequência de que trata o art. 80 da Lei Federal nº 8.666/1993, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Contrato e na mencionada Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL

Ocorrerá a rescisão amigável quando houver acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o **OSTRASPREV**.

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018

PREGÃO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 07 – Minuta de Contrato

16.1 A rescisão por qualquer causa não imputável à **CONTRATADA** implica no pagamento a ela de quantia equivalente aos veículos entregues e aceitos, atestados pelos setores do **OSTRASPREV** que usufruíram do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OUTRAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

Dar-se-á, ainda, a rescisão do presente contrato, no caso de ocorrer uma das hipóteses previstas nos incisos XIII e XVI do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993.

17.1 Este Instrumento, se assim convier ao **OSTRASPREV**, ficará automaticamente rescindido, de acordo com o art. 58, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993, cabendo à **CONTRATADA**, exclusivamente, o recebimento do valor correspondente aos veículos entregues e aceitos, sem qualquer indenização, visto que, neste ato, renuncia expressamente a qualquer direito que a Lei lhe conferir nesse sentido.

17.2 O OstrasPrev poderá ainda rescindir o presente contrato em caso de descumprimento da obrigação prevista no item 18.2.6 do Edital nº **03/2018** – Manutenção das condições de habilitação e qualificação durante toda a execução do contrato, conforme inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/1993, sendo assegurado o contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO

A decretação da rescisão operará seus efeitos a partir da publicação no Jornal Oficial do Município de Rio das Ostras.

18.1 Quando a rescisão for administrativa, esta acarreta as seguintes consequências:

a) Na decretação da rescisão a **CONTRATADA** além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor deste Contrato;

b) Decretada a rescisão sem que caiba culpa à **CONTRATADA**, a mesma será ressarcida dos prejuízos comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a: I - devolução de garantia; II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; III - pagamento do custo da desmobilização;

c) Decretada a rescisão por culpa da **CONTRATADA**, a mesma somente terá direito do recebimento das faturas relativas ao serviço prestado, descontadas as multas porventura devidas, podendo o **OSTRASPREV** promover todos os atos cabíveis para atendimento do interesse público;

d) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **OSTRASPREV**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – RECURSO AO JUDICIÁRIO

O **OSTRASPREV** poderá cobrar judicialmente os valores correspondentes às importâncias decorrentes da imposição de quaisquer penalidades, inclusive perdas, danos e multas decorrentes do inadimplemento do presente Contrato ou da execução do mesmo. Caso o **OSTRASPREV**

EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2018
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017.5.900500PA

Anexo 07 – Minuta de Contrato

tenha que recorrer aos meios judiciais para haver o que for devido, além das cominações previstas neste instrumento, ficará a **CONTRATADA** sujeita ao pagamento da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, além dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas do processo, correção monetária e honorários de advogado, estes desde logo arbitrados em 20% (vinte por cento).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O **OSTRASPREV** obriga-se a promover a publicação, em extrato, do presente contrato, dentro do prazo de Lei, publicação esta que os respectivos encargos correrão por conta do **OSTRASPREV**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Faz parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de sua transcrição, cláusulas e disposições contidas no Edital de Pregão nº **03/2018**, e seus anexos constantes do Processo Administrativo nº **2017.5.900500PA**, porventura aqui omitidas.

22.1 Fica estabelecido que em caso de divergência, discrepâncias e interpretações entre o contido neste Contrato e no Edital prevalecerá sempre este último.

22.2 A eventual tolerância de qualquer infração às disposições deste Contrato, do Edital, da legislação ou das normas aplicáveis, não figurará novação, renúncia ou perda de quaisquer direitos do **OSTRASPREV** ou da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A **CONTRATADA** obriga-se por si e por seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições do presente Contrato e elige para **FORO** do Contrato o da Comarca de Rio das Ostras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, o **OSTRASPREV** e a **CONTRATADA** firmam o presente, em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer o objeto deste.

Rio das Ostras, XX de XXXXX de 2018.

Presidente
OSTRASPREV – RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

Responsável
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1)

Assinatura:

Nome:

CPF:

Identidade:

2)

Assinatura:

Nome:

CPF:

Identidade: